

ÍNDICE DE TRANSPARÊNCIA DA COVID-19 2.0

Divulgação: 10 de julho de 2020

Coleta de dados: 8 a 9 de julho de 2020

Visite o site: transparenciacovid19.ok.org.br



BOLETIM #01 | ESTADOS

Metade dos estados não divulga casos suspeitos de Covid-19

Apenas 18%, ou 5 entes, divulgam base de dados com as notificações completas; a informação é essencial para compreender dimensão da pandemia no país

APOIO:

Hivos
people unlimited

RESUMO EXECUTIVO

- Informação essencial para compreender o possível **subdiagnóstico da Covid-19**, o total de casos suspeitos é revelado por apenas 14 dos 28 entes avaliados (50%).
- Com o **dobro de indicadores**, o ITC-19 2.0 cobra mais informações sobre aspectos sociodemográficos da população atingida e de infraestrutura das redes de saúde.
- 46% dos entes passam a informar em seus sites oficiais informações do contágio de Covid-19 entre a **população privada de liberdade**.
- O aspecto de **Raça/Cor** da população atingida pela Covid-19 agora é incluído por 61% dos estados.

Metade do país ainda está no escuro com relação ao **total de casos suspeitos de Covid-19** que foram notificados no sistema de saúde. De acordo com o levantamento inédito da Open Knowledge Brasil (OKBR), apenas 14 dos 28 entes avaliados — estados, distrito federal e governo federal — divulgam essa informação, ao menos como um número total, em suas plataformas oficiais. O levantamento é resultado da primeira rodada da nova fase do **Índice de Transparência da Covid-19** (ITC-19), que será atualizado quinzenalmente para os estados.

As notificações de casos suspeitos são obrigatoriamente registradas nos dois principais sistemas de informação disponibilizados pelo Ministério da Saúde, conforme a gravidade dos sintomas: o chamado eSUS-VE, para sintomas mais leves; e o Sivep-Gripe, para casos graves que costumam requerer internação (como a Síndrome Respiratória Aguda Grave — SRAG). A testagem prevalece nos casos graves, mas os leves também podem ser testados. Em geral, os estados têm limitado a divulgação aos casos confirmados ou à quantidade de testes descartados, mas o total de suspeitos registrados nos sistemas pode chegar a mais que o dobro das confirmações.

Nessa quinta-feira (9/7), o Ministério da Saúde mudou a diretriz que orientava a população a buscar avaliação médica apenas se tivesse sintomas graves, ampliando a recomendação também para quem sentir os primeiros sintomas. O objetivo é permitir que as pessoas sejam acompanhadas desde o início da doença, uma vez que a condição pode se agravar muito rapidamente. “Conhecer o universo total de pessoas que apresentaram sintomas e buscaram o sistema de saúde com suspeita de Covid-19 passa a ser ainda mais importante com essa recomendação”, explica Fernanda Campagnucci, diretora-executiva da OKBR.

Essa informação também é essencial para a realização de pesquisas mais aprofundadas. Os chamados **microdados** — bases de dados com registros detalhados, em que cada caso é uma linha da tabela — são divulgados por 18 entes, mas apenas 5 deles incluem nos registros as notificações. São eles: Ceará, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Norte e o governo federal. No caso deste último, a base de dados foi publicada no portal [Open DataSus](#), mas ficou por mais de um mês defasada e voltou a ser atualizada nesta sexta-feira (10/7), já sendo incluída nos resultados desta avaliação.

DIVULGAM TOTAL DE CASOS SUSPEITOS
*Os estados em **destaque** divulgam também base de dados detalhada

<input type="checkbox"/> Acre	<input type="checkbox"/> Goiás
<input type="checkbox"/> Alagoas	<input type="checkbox"/> Maranhão
<input type="checkbox"/> Amapá	<input type="checkbox"/> Mato Grosso
<input type="checkbox"/> Amazonas	<input checked="" type="checkbox"/> Pernambuco
<input type="checkbox"/> Bahia	<input checked="" type="checkbox"/> Rio Grande do Norte
<input checked="" type="checkbox"/> Ceará	<input type="checkbox"/> Rondônia
<input checked="" type="checkbox"/> Espírito Santo	<input type="checkbox"/> Roraima
	<input checked="" type="checkbox"/> Governo Federal

Importante ressaltar que o governo federal não inclui esta informação em seus painéis e boletins, mas apenas nas bases de microdados, o que exige grau avançado de conhecimento técnico para leitura e análise dos dados. Outra ressalva é que, para conhecer o número total com precisão, seria necessário cruzar as duas bases — eSUS VE e Sivep Gripe, removendo eventuais registros duplicados. Esse tipo de

procedimento só pode ser feito pelo próprio governo, uma vez que as bases não trazem uma chave comum (um identificador único, como um CPF) que permita o cruzamento.

Focado em qualificar a abertura de dados sobre a pandemia, o ITC-19 2.0 tornou mais rígida a análise dos microdados. Neste sentido, a nova avaliação exige a presença de 11 categorias de dados na base para que a pontuação no quesito microdados seja plenamente conquistada. Com a alteração, apenas 3 entes foram contemplados com a pontuação total: Espírito Santo, Rio Grande do Norte e governo federal. Outros 15 estados atenderam parcialmente ao critério e 10 não pontuaram.

GRUPOS DA POPULAÇÃO

Outro destaque desta nova fase do ITC-19 são os dados sociodemográficos, como raça/cor e etnias indígenas, além de outros indicadores que permitam conhecer como a doença atinge segmentos específicos da população, como profissionais da saúde e pessoas privadas de liberdade. Pela primeira vez, a OKBR levantou esses dados, após ter indicado aos estados, há uma semana, que passaria a incluí-los na avaliação.

A resposta dos governos foi rápida: **17 dos 28 entes (61%) já passaram a incluir o quesito raça/cor** em suas plataformas, um avanço para que a sociedade possa monitorar se a Covid-19 está atingindo segmentos da população de maneira desproporcional, especialmente os mais vulneráveis. Os estados que ainda não divulgam essa informação são: Amapá, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso, Pará, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Roraima e Tocantins.

A **população indígena** já é uma informação presente no quesito raça/cor, mas, além dessa categoria, o formulário de notificação obrigatória do Ministério da Saúde traz um campo mais específico para identificar os grupos étnicos a que pertencem as pessoas registradas. Somente 4 estados passaram a divulgar essa informação: Amazonas, Mato Grosso do Sul, Sergipe e Paraná.

A situação de **profissionais de saúde** também passará a ser conhecida com mais profundidade. Seguindo a inclusão do tópico no ITC-19, 68% dos entes já disponibilizam essa informação. Ainda não o fazem: Amapá, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rio de Janeiro, Roraima, Santa Catarina e São Paulo.

Por fim, um segmento da população em situação de alta vulnerabilidade que passará a ter mais atenção nos dados da pandemia são as **pessoas privadas de liberdade – que inclui o sistema carcerário e os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas**. Dos 28 entes avaliados, 13 (46%) passaram a divulgar o dado de forma destacada em seus painéis ou boletins epidemiológicos. Não cumprem o quesito, por ora: Bahia, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, São Paulo e Tocantins.

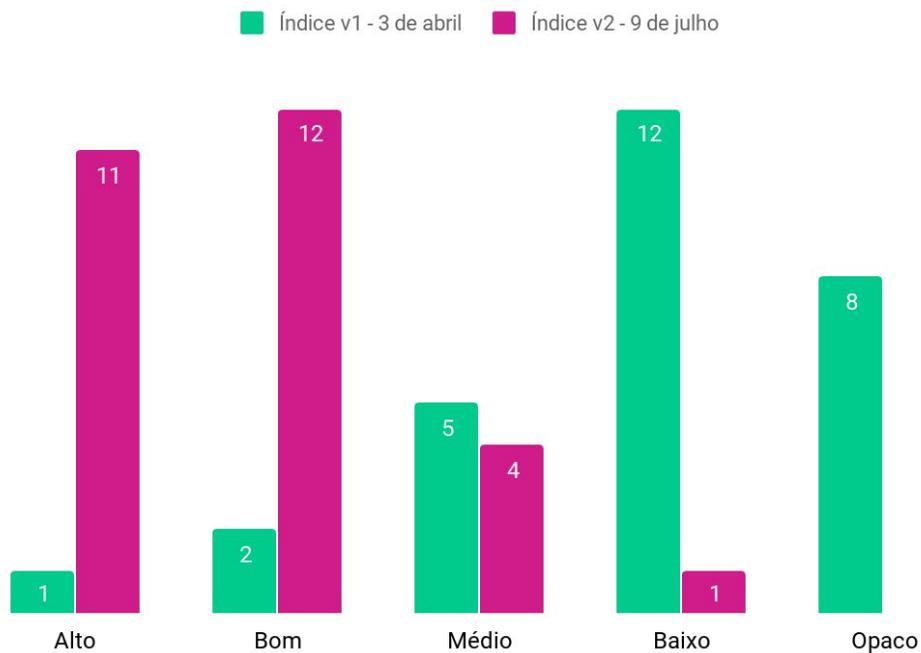
INFRAESTRUTURA DA SAÚDE

Nesta fase, o ITC-19 também busca qualificar a publicação de dados sobre a infraestrutura de saúde necessária para o enfrentamento à pandemia. Para tanto, a nova metodologia avalia 8 indicadores que visam estimular a abertura de mais dados sobre uso e disponibilidade de todos os tipos de testes e de leitos. De acordo com os novos critérios, apenas 13 estados (46%) divulgam informações completas sobre **ocupação de leitos**, incluindo detalhes sobre leitos clínicos e de UTI de toda a rede de saúde, para além daqueles reservados para tratamento de Covid-19.

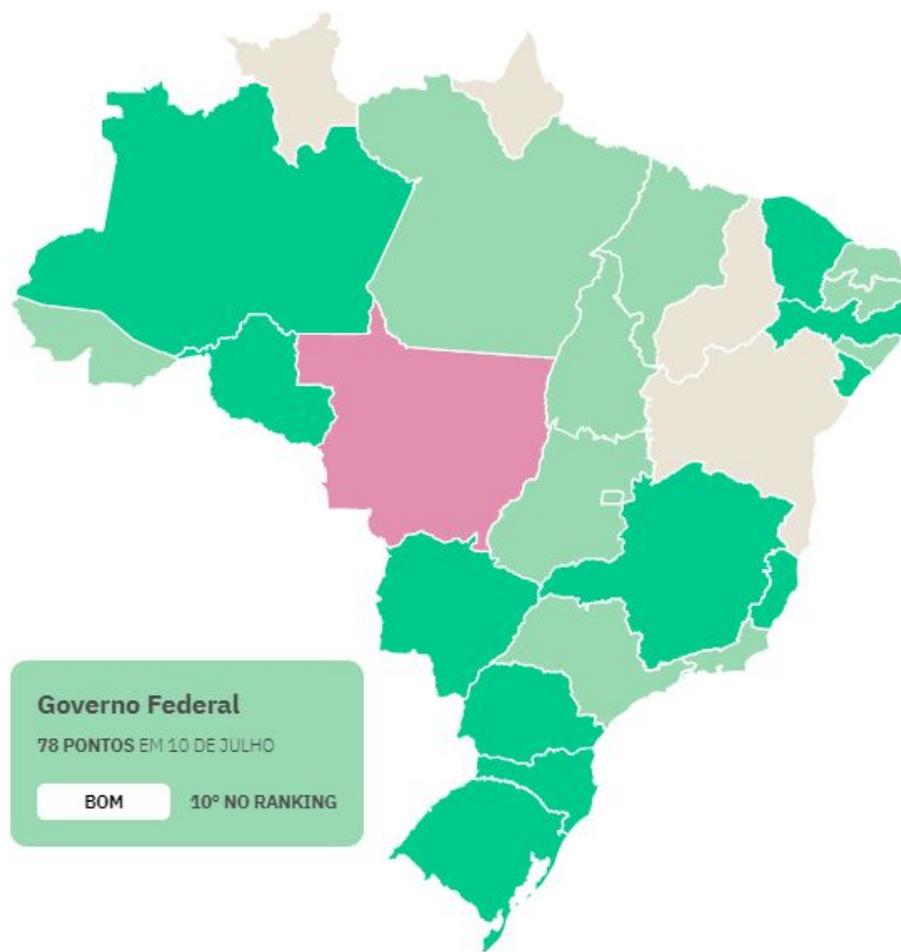
A mesma quantidade de entes (46%) também disponibiliza informações detalhadas sobre **testes aplicados e disponíveis**. “Considerando que os estados já iniciaram processos de reabertura de suas atividades, a falta de informação sobre esses dois conjuntos de indicadores é uma lacuna ainda mais grave”, ressalta Campagnucci.

Para Camille Moura, coordenadora de Advocacy e Pesquisa da OKBR, a primeira rodada da nova avaliação com a metodologia reformulada e o dobro de indicadores revela o amadurecimento da transparência dos estados. “Se o primeiro boletim do Índice 1.0 apontava que aproximadamente 90% dos entes não disponibilizavam dados suficientes sobre a pandemia, agora, o relatório que inaugura a segunda fase traz um cenário mais otimista, com mais de 80% dos entes avaliados com transparência satisfatória”, explica. Confira o comparativo das primeiras avaliações:

QUANTIDADE DE ESTADOS POR NÍVEL DE TRANSPARÊNCIA



MAPA ATUALIZADO - TRANSPARÊNCIA DA COVID-19



Governo Federal
78 PONTOS EM 10 DE JULHO
BOM 10º NO RANKING

NÍVEIS DE TRANSPARÊNCIA



RANKING ATUAL

Posição	Estado	Sigla	Pontuação	Nível
1º	Amazonas	AM	97	Alto
	Espírito Santo	ES	97	
2º	Pernambuco	PE	92	
3º	Rondônia	RO	89	
4º	Mato Grosso do Sul	MS	88	
5º	Sergipe	SE	87	
6º	Ceará	CE	86	
	Minas Gerais	MG	86	
	Rio Grande do Sul	RS	86	
7º	Paraná	PR	83	
8º	Santa Catarina	SC	80	Bom
9º	Rio Grande do Norte	RN	79	
10º	Governo Federal	BR	78	
11º	Distrito Federal	DF	75	
12º	Maranhão	MA	74	
13º	Alagoas	AL	73	
14º	Acre	AC	72	
15º	Goiás	GO	71	
16º	São Paulo	SP	65	
17º	Pará	PA	63	
	Paraíba	PB	63	
18º	Rio de Janeiro	RJ	62	
	Tocantins	TO	62	
19º	Amapá	AP	57	
20º	Piauí	PI	54	
21º	Bahia	BA	45	
22º	Roraima	RR	41	
23º	Mato Grosso	MT	33	Baixo

METODOLOGIA

O **Índice da Transparência da Covid-19 nos estados e União** é atualizado quinzenalmente e leva em conta três dimensões e 26 critérios:

Dimensão	Descrição
CONTEÚDO	São considerados itens como idade, sexo, raça/cor e hospitalização dos pacientes confirmados, além de dados sobre a infraestrutura de saúde, como ocupação de leitos, testes disponíveis e aplicados.
GRANULARIDADE	Avalia se os casos estão disponíveis de forma individual e anonimizada; além do grau de detalhamento sobre a localização (por município ou bairro, por exemplo).
FORMATO	Consideram-se pontos positivos a publicação de painéis analíticos, planilhas em formato editável e navegação simples.

[Base de dados completa](#) com a avaliação detalhada de cada ente.

[Nota metodológica](#) com o detalhamento dos critérios de avaliação.

O Índice de Transparência da Covid-19 da OKBR foi lançado em 3 de abril de 2020 e, desde então, vem sendo atualizado semanalmente, todas as quintas-feiras. Na nova versão, as publicações intercalam os resultados de União e estados e os das capitais.

No dia 21 de maio de 2020, a Transparência Internacional Brasil (TI Brasil) divulgou um ranking próprio, com atualização mensal, em que avalia a situação da divulgação de recursos públicos para enfrentamento à Covid-19. [Conheça.](#)

SOBRE A OKBR

A OKBR, também conhecida como Rede pelo Conhecimento Livre, é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos e apartidária que atua no país desde 2013. Desenvolvemos e incentivamos o uso de tecnologias cívicas e de dados abertos, realizamos análises de políticas públicas e promovemos o conhecimento livre para tornar a relação entre governo e sociedade mais transparente e participativa.

Saiba mais no site: <http://br.okfn.org>

Equipe responsável:

COORDENAÇÃO GERAL

Fernanda Campagnucci

COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Camille Moura

Fernanda Campagnucci

VISUALIZAÇÃO DE DADOS

Thiago Teixeira

DESIGN

Isis Reis

REVISÃO TEXTUAL

Murilo Machado

CONTATO PARA IMPRENSA

imprensa@ok.org.br